

RESOLUÇÃO Nº 002/2022 DE 26 DE JANEIRO DE 2022

“Estabelece procedimentos e prazos para a entrega da declaração dos bens e rendas que compõe o patrimônio privado dos Vereadores e Servidores do Poder Legislativo, de que trata a Lei Federal nº 8.429/1992.”

GEANI ANTONIO ZANON, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Faxinal do Soturno, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais:

Promulga:

Art. 1º- Esta Resolução estabelece procedimentos e prazos para a entrega da declaração de bens e rendas que compõem o patrimônio privado dos agentes públicos municipais.

Art. 2º - A declaração dos bens e rendas que constituem o patrimônio dos agentes públicos municipais, prevista no art. 13 da Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992 e na Resolução nº 963, de 19 de dezembro de 2012 do TCE/RS, a ser arquivada no Departamento de Pessoal, será exarada em formulário com o texto constante do ANEXO I deste decreto.

Parágrafo único. A Declaração de Bens e Rendas de que trata esta Resolução poderá ser substituída, a juízo do agente público, por cópia da Declaração Anual do Imposto de Renda apresentada à Secretaria da Receita Federal do Brasil, desde que contenha a declaração de bens, junto à declaração do ANEXO II, desta Resolução.

Art. 3º - A declaração de bens e valores deverá ser preenchida e assinada no ato da posse em cargo efetivo ou em comissão e na data da posse de Vereador.

Art. 4º - A declaração de bens e valores será anualmente atualizada, até o dia 30 de setembro, assim como a data em que o agente o público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.

Art. 5º - Compete à Mesa Diretora a adoção das medidas necessárias ao cumprimento do disposto nesta Resolução.

Art. 6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, aos 26 de janeiro de 2022.

Geani Antonio Zanon
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Luiz Carlos Prevedello
Vice-Presidente

Paulo Fernando Chelotti
Secretário

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS

- () Declaração de Ingresso
() Declaração de Desligamento
() Declaração de Atualização Anual

IDENTIFICAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO

Eu, _____ brasileiro (a), CPF nº _____, título eleitoral _____, nascido em ____/____/____, moro no endereço _____ nº _____, complemento _____, CEP _____, UF _____, DDD _____, fone _____, exerço o cargo de _____, lotado na Secretaria de _____.

DEPENDENTES

CPF:	GRAU DE DEPENDÊNCIA:	DATA DE NASCIMENTO:

RENDIMENTOS RECEBIDOS DE PESSOAS JURÍDICAS PELO TITULAR

NOME DA FONTE PAGADORA	CNPJ	RENDIMENTOS - R\$ EM 31/12 DO ANO ANTERIOR
TOTAL:		
CNPJ DA PRINCIPAL FONTE PAGADORA:		

RENDIMENTOS RECEBIDOS DE PESSOAS JURÍDICAS PELOS DEPENDENTES

NOME DA FONTE PAGADORA	CNPJ	CPF DO DEPENDENTE	RENDIMENTOS - R\$ EM 31/12 DO ANO ANTERIOR RENDIMENTOS – R\$
TOTAL:			

RENDIMENTOS RECEBIDOS DE PESSOAS FÍSICAS E DO EXTERIOR PELO TITULAR/DEPENDENTES (DO ANO ANTERIOR)

MÊS	PESSOA FÍSICA	CPF RECEBEDOR	EXTERIOR	TOTAL REND. (R\$)
JAN				
FEV				
MAR				
ABR				
MAI				
JUN				
JUL				
AGO				
SET				
OUT				
NOV				
DEZ				
TOTAL:				

OUTROS RENDIMENTOS (DO ANO ANTERIOR)

DISCRIMINAÇÃO RENDIMENTOS – R\$	
Bolsa de estudo e pesquisa, desde que não represente vantagem ao doador e não caracterize contraprestação de serviço.	
Capital da apólice de seguro ou pecúlio pago por morte de segurado restituído em qualquer caso e pecúlio recebido de entidades de previdência privada em decorrência de morte ou invalidez permanente	
Indenizações por rescisão de contrato de trabalho, inclusive a título de PDV, e por acidente de trabalho, e FGTS.	
Lucro de alienação de bens e direitos de pequeno valor e/ou do único imóvel, redução do ganho de capital.	
Lucros e dividendos recebidos.	
Parcela isenta de proventos de aposentadoria, reserva remunerada, reforma e pensão de declarante com 65 anos ou mais.	
Pensão, proventos de aposentadoria ou reforma por moléstia grave e aposentadoria ou reforma por acidente em serviço.	
Rendimentos de cadernetas de poupança e letras hipotecárias.	
Rendimentos de sócio ou titular de microempresa ou empresa de pequeno porte, optante pelo simples, exceto pro labora, aluguéis e serviços prestados.	
Transferências patrimoniais-doações, heranças, meações e dissolução da sociedade conjugal ou unidade familiar.	
Décimo terceiro salário.	
Rendimentos e aplicações financeiras (especificar cada uma)	

DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS TITULAR/DEPENDENTES

Declaro para os devidos fins que até a presente data o meu patrimônio é constituído pelos bens, dívidas e ônus reais abaixo relacionados:

() DECLARO, sob as penas da lei, em consonância com o disposto no artigo 13, da Lei nº 8.429 de 02 de junho de 1992, **não possuir** bens sob minha posse/propriedade.

() DECLARO, sob as penas da lei, em consonância com o disposto no artigo 13, da Lei nº 8.429 de 02 de junho de 1992, que tenho o direito de posse/propriedade sobre os seguintes bens:

*BENS E DIREITOS EM 31/12 DO ANO ANTERIOR	DESCRIÇÃO (IDENTIFICAR SE O BEM É DO TITULAR OU DE SEUS DEPENDENTES)	VALOR
		R\$
		R\$
		R\$
		R\$
		R\$
		R\$
		R\$
		R\$
		R\$
		R\$
		R\$
		R\$
		R\$

*OBS: Bens imóveis: Terreno, apartamentos, casa, loja, outros: veículos, embarcações, semoventes, dinheiros, títulos, ações, e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais localizados no país ou exterior. Identificar se o bem é do titular ou de seus dependentes.

Outros itens: _____

DÍVIDAS E ÔNUS REAIS TITULAR/DEPENDENTES

TIPO*	CREDOR/BENEFICIÁRIO	VALOR EM 31/12 DO ANO ANTERIOR

TIPO*: FINANCIAMENTOS: de casas, terrenos, carros, motos, etc. CONSIGNADOS E EMPRÉSTIMOS.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DE VÍNCULOS EM RELAÇÃO A SITUAÇÃO PATRIMONIAL DO SERVIDOR (CÔNJUGE E OUTROS)

NOME	CPF

Por ser verdade, firmo a presente declaração para que produza os efeitos legais, ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.

Faxinal do Soturno, _____de _____ de _____.

Assinatura

ANEXO II

INFORMAÇÕES PRESTADAS À RFB

Declaro que as informações de bens e rendas objeto do Decreto Municipal 3.017/2021, foram prestadas à Receita Federal do Brasil, de acordo com a Declaração Anual de Ajuste de Renda Pessoa Física relativa ao exercício financeiro de _____, em anexo.

Faxinal do Soturno, _____ de _____ de _____.

Assinatura